

Presidente aponta metas e entraves

Lula: “Manter juros a 13,75% é brincar com povo e empresários”

Pablo Valadares - Câmara



Governo põe fim à farra privatista e susta a venda de sete estatais

O governo Lula retirou os Correios, a Ceitec, a Telebrás, a Petrosal além de outras estatais, de programas de privatização elaborados no governo Bolsonaro. A decisão, que inclui mais três empresas que foram retiradas do programa de parceria público privada (PPI), foi anunciada na quinta-feira (6) por meio de edição extra do Diário Oficial da União. **Pág. 3**

“EUA em Taiwan: a maior ameaça à paz mundial”, por Elias Jabour

“Qual a necessidade do imperialismo estadunidense em cercar a China e armar Taiwan? Quem quer a paz e quem quer a guerra? Uma verdadeira tempestade de contrainformações tem sido acionada no mundo no sentido de espalhar mentiras sobre o comportamento e as pretensões chinesas no mundo”. Leia o artigo do professor de economia Elias Jabour na **Página 7**

Conselheiro de Zelensky propõe “eliminação física” de fiéis e padres da Igreja Ortodoxa

“Nos primeiros três a seis meses da guerra foi possível simplesmente limpar fisicamente muitos pró-Rússia, hoje é um pouco mais difícil. Mas, novamente, um pouco mais difícil não significa impossível”, afirmou o conselheiro de Zelensky, Mykhailo Podoliak, em entrevista ao canal de TV Ucrânia 24, pedindo a eliminação da Igreja cristã ortodoxa Ucrainiana (UOC). **Pág. 6**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.900 12 a 18 de Abril de 2023



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

País precisa de rapidez para gerar milhões de empregos de qualidade

O presidente Lula apresentou na segunda-feira (10), em reunião ministerial, um balanço dos cem dias de governo. Destacou que o governo “retomou a capacidade de planejamento de longo prazo”. “E esse planejamento”, disse ele, “será traduzido em um grande programa que traz de volta o papel do setor público como indutor dos investimentos estratégicos em infraestrutura”. Lula condenou os juros do BC: “estão brincando com o país. Brincando, sobretudo, com o povo pobre e, sobretudo, com os empresários que querem investir; só não vê quem não quer”. **Página 3**

‘Arcabouço’ limita gasto à metade de governos Lula 1 e 2, diz economista

Ricardo Stuckert - PR



Necessidades do povo em todo o país são enormes. Presidente levou ajuda e foi calorosamente recebido

Chuvas deixam milhares de desabrigados no Maranhão

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e comitiva de ministros sobrevooou as regiões atingidas pelas chuvas no Estado do Maranhão no domingo (9). Lula esteve nas regiões de

Trizidela do Vale e Pedreiras, atingidas por fortes chuvas e enchentes nas últimas semanas. “Quero dizer ao povo do Maranhão que o Governo Federal não faltará em nenhuma hipótese às necessi-

dades de cuidar do povo desse Estado”, disse Lula, que foi recepcionado por milhares de pessoas. Desde o início do ano, 64 municípios do Estado decretaram situação de emergência, 53 delas já reconhe-

cidas pelo Governo Federal. De acordo com estimativas do governo do Maranhão, há um total de 7,5 mil famílias desabrigadas e 35 mil famílias desalojadas nos 64 municípios atingidos. **Página 3**

O economista David Decca-che, professor da UnB, analisou a proposta de arcabouço fiscal apresentada pelo ministro Fernando Haddad e alertou para a restrição dos gastos públicos contida na proposta. Com a proposta, os gastos poderão crescer no máximo 2,5%. Ele lembra que a média de crescimento desses mesmos gastos nos dois governos anteriores do presidente Lula foi de 5,2%. O economista explica que, pelo arcabouço, se a receita crescer 10% em um ano, no ano seguinte o país terá que “fazer um pouso forçado”, para ficar em 2,5%. **Página 2**

Dino denuncia manipulação na internet pelo nazi-facismo

O ministro da Justiça, Flávio Dino, denunciou em palestra ocorrida esta semana, o uso das redes sociais pelas forças do fascismo e do extremismo e defendeu maior controle por parte da sociedade. “Há manipulação de subjetividades em todas as escalas”, denunciou. “O que está em questão é o controle do pensamento político da sociedade”, acrescentou. **Pág. 3**

Ibama volta ao trabalho e número de multas cresce 219% em 90 dias

Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) mostram que o número de multas por desmatamento e outras infrações na região amazônica, no primeiro trimestre de 2023, aumentou 219%, se comparado à média do mesmo período dos anos de 2019 a 2022, quando o Instituto foi paralisado pelo governo Bolsonaro. **Pág. 4**

“Por que o mercado festejou o arcabouço fiscal?”

Questiona, em artigo, a economista Maria Lucia Fattorelli. **Página 2**

Belluzzo defende investimentos fora do novo arcabouço fiscal



Economista Luiz Gonzaga Belluzzo, titular do IE da Unicamp

Com novo marco, gasto só poderá ser metade dos governos Lula 1 e 2, alerta economista

O economista David Deccache, mestre em Economia (UFF) e professor da UnB, analisou a proposta de arcabouço fiscal apresentada pelo ministro Fernando Haddad e alertou para a restrição dos gastos públicos contida na proposta. Com a proposta, os gastos poderão crescer no máximo de 2,5%. Ele lembra que a média de crescimento desses gastos nos dois governos anteriores do presidente Lula foi de 5,2%.

A entrevista foi dada ao jornalista Antônio Martins, do site Outras Palavras. “Temos um conjunto de regras, mas temos uma regra mãe, que é o grande pilar”, explicou Deccache. “Pegamos a receita passada. Vamos supor que ela começou com R\$ 100 e acabou com R\$ 110. Tivemos, então, um decréscimo de 10% da minha receita. Isso quer dizer que no ano corrente eu posso gastar 70% desses 10%”. “Então”, prosseguiu ele, “eu vou corrigir os meus gastos em 7%”. “Aí surge a segunda regra, que são as bandas. Se os gastos forem acima de 2,5%, eles voltam para 2,5%. Se eu tiver um aumento de 7%, eu vou ter que reduzir esse aumento para 2,5%. Isso foi feito para o mercado ficar tranquilo de que não haverá excesso de gastos”, prosseguiu Deccache.

“Então, se eu tive um ano fiscal forte, que me deu 10% de crescimento da receita, no ano seguinte eu sou forçado a um pouso forçado, não gastando os 7% que eu teria direito, mas sim 2,5%”, destacou o economista.

O economista entrou, então, na análise do piso da banda. “O outro lado da banda é o 0,6%. Este é para uma situação em que a receita cresceu, por exemplo, 0,5%. Então, pela nova regra, eu poderia corrigir meu gasto em apenas 0,35%. Aí o que diz a proposta, numa situação de crise, com uma receita despencando desta forma,



Economista David Deccache, professor da UnB

nós temos um elemento ‘anticíclico’, apontou.

E prosseguiu. “Então se eu só puder gastar 0,35%, vai subir para 0,6%. Se crescer muito pouco, uma crise internacional violenta, por exemplo, ou algo assim, eu subo de 0,35% para 0,6%. Por isso que eles falaram que é anticíclico”, explicou Deccache.

“Qual é o problema da banda? Eu estou limitando a capacidade do Estado ser o motor da economia. Vamos olhar para o governo Lula 2. Nele o crescimento médio dos gastos públicos foi em torno de 6%. Nos dois governos, a média foi de 5,2%. Se você tem um plano fiscal com forte expansão das universidades públicas, por exemplo, esse plano fiscal está entrando em conflito com a regra”, acrescentou.

“Com isso, ao aceitar essas imposições, você tem muita dificuldade em expandir os serviços públicos e investimentos públicos”, argumentou o economista. “Aí, você abre caminho para as privatizações e para as parcerias públicas privadas”, prosseguiu. “Vamos ter menos investimentos públicos do que nos governos do Lula, especialmente o segundo, que fez o Lula ser tão popular e, agora, conseguiu se eleger”, destacou Deccache.

“A vitória de Lula contra Bolsonaro foi resultado do crescimento dos gastos públicos dos governos Lula 1 e 2. A proposta de arcabouço vai cortar pela metade o crescimento dos gastos públicos”, alertou o professor.

“Estamos levemente melhor do que com o teto de gastos atual, que é de zero, apesar de que Bolsonaro furou o teto. Ele cresceu os gastos em torno de 2% o ano passado, com todas aquelas falcatruas que nós conhecemos”, assinalou. “Então, os 2,5% é uma melhora quantitativa pequena – qualitativa melhor, porque, com Lula, não tem as falcatruas – em relação ao governo Bolsonaro”, argumentou.

“Alguém me disse que eu estou comparando uma situação boa da economia, inclusive internacional, com uma situação que é ruim, inclusive com crise externa afetando o país. Nessa situação, argumentou essa pessoa, talvez seja o que de para fazer”, contou Deccache.

“Na minha opinião”, respondeu ele, “é até o oposto”. “Se eu enfrento uma crise e o meu piso é só de 0,6%, eu vou estar ferrado. Se a minha receita despenca, o máximo que se garante é uma expansão de 0,6%. Isso é muito pouco. Na teoria o piso seria anticíclico. Mas não é”, afirmou David Deccache.

Leia a matéria e a entrevista na íntegra no HP <https://horadopovo.com.br/com-novo-marco-gasto-to-so-podera-ser-metade-dos-governos-lula-1-e-2-alerta-economista/>

Juros altos fazem explodir inadimplência em fevereiro: 70,5 milhões de brasileiros

O Brasil atingiu em fevereiro a marca de 70,5 milhões de inadimplentes. De acordo com a Serasa Experian, no mês, foram mais 433 mil registros de pessoas que não conseguiram quitar suas dívidas no país.

O cartão de crédito, que impõe juros extorsivos aos consumidores, mas de fácil acesso nas compras de curto prazo, continua sendo a modalidade com o

maior número de brasileiros inadimplentes (31,6% das dívidas).

Os juros no cartão de crédito, de acordo com o último dado do Banco Central, chegaram a 411% ao ano. Em seguida, vêm as contas básicas (21,7%) e o setor de varejo (11,2%). Na comparação com fevereiro de 2022, as contas com bancos e cartões contabilizaram aumento de 3,0%, enquanto os débitos com

contas básicas e no varejo caíram 1,5% e 1,3%, respectivamente.

“A inflação e os juros altos são os principais fatores que explicam o atual cenário, além da sazonalidade desfavorável de fevereiro, que vem acompanhado de despesas típicas de início de ano, como IPVA, IPTU e reajuste das mensalidades”, diz o economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi.

“É preciso que os investimentos fiquem de fora para dar liberdade para você exercitar a capacidade de gasto anticíclico do governo”, defendeu o economista

O professor Luiz Gonzaga Belluzzo, titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), defendeu nesta terça-feira (4), em entrevista ao site Opera Mundi, que os investimentos devem ficar de fora das regras estipuladas pelo arcabouço fiscal apresentado pelo ministro Fernando Haddad.

“É preciso que os investimentos fiquem de fora para dar liberdade para você exercitar a capacidade de gasto anticíclico do governo”, defendeu o economista. “O argumento dos conservadores é que, seja qual for a situação, o gasto fiscal é sempre inflacionário. Dizer que o gasto fiscal numa situação recessiva é inflacionário é um pouco demais”, afirmou Belluzzo.

Na avaliação do ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a proposta flexibiliza o teto de gastos ao permitir uma crescimento de 2,5% acima da inflação

nos gastos. Em sua avaliação, isso é melhor do que o regime fiscal anterior que permitia apenas a reposição da inflação, sem levar em conta o crescimento das demandas do país.

“A proposta do Haddad é uma solução de compromisso com o mercado financeiro”, disse Belluzzo. “Vocês querem o arcabouço, então está aqui o arcabouço, está dizendo o ministro da Fazenda”, afirmou o professor da Unicamp. Na opinião do economista, o piso de R\$ 76 bilhões, definidos pela proposta, serão insuficientes se o investimento estiver limitado pelas regras de gastos.

O economista também vê como alternativas para a superação das restrições fiscais impostas, alguns arranjos internacionais, entre eles, por exemplo, uma aliança estratégica com a China, que redunda em ampliação dos investimentos no país. Belluzzo aposta numa ação conjunta de BNDES e BRICS para permitir a ampliação do crédito no país.

Produção industrial paulista cai 3,1% em janeiro sob efeito do arrocho monetário

Oito de 15 regiões pesquisadas pelo IBGE ficaram no vermelho na passagem de dezembro para janeiro

A indústria paulista, a maior e mais diversificada do país, amargou queda de 3,1% na produção em janeiro deste ano – sendo a principal contribuição para a queda de -0,3% no volume de produção do setor no primeiro mês do ano em relação a dezembro de 2022. A queda da produção industrial em São Paulo veio após um recuo de 0,8% no mês anterior.

De acordo com o recorte regional da Pesquisa Mensal da Indústria divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira (6), no total, oito das 15 regiões pesquisadas apresentaram queda na comparação com dezembro. Além de São Paulo, importantes recuos na indústria do Rio Grande do Sul (-3,4%), Maro Grosso (-2%), Rio de Janeiro (-1%), Santa Catarina (-1%) foram os destaques. Pará (-0,4%), Paraná (-0,3%) e Bahia (-0,2%) completam o conjunto de locais com resultados negativos.

JUROS ELEVADOS

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao analisar o resultado da produção industrial do início do ano destacou que a queda foi puxada pela indústria de transformação e afirmou que “a atividade industrial reflete os efeitos do forte aperto monetário, com risco de agravamento desse quadro nos próximos meses”.

“Desde quando o Banco Central começou a subir a taxa Selic (mar/2021), as categorias com a maior perda em termos de produção industrial foram a de bens de consumo duráveis (-4,8%) e a de bens de capital (-4,7%), seguidas pelo setor de bens intermediários (-3,6%). O único setor que acumula crescimento positivo na mesma comparação é o de bens de consumo semi

e não duráveis (+2,3%)”, ressaltou a Fiesp.

Sob protestos de amplos setores da sociedade, o Banco Central manteve a taxa básica da economia (Selic) em 13,75%, asfixiando o setor produtivo e o orçamento das famílias. Os juros altos, os maiores do mundo, foram considerados pelo presidente da Fiesp, Josué Gomes, “pornográficos”.

Os juros elevados a um patamar de dois dígitos revela-se objetivamente um entrave para o crescimento da economia e para a expansão da indústria, conforme os números apontam. Além de frear a demanda por bens industriais – especialmente aqueles de maior valor agregado como bens de consumo duráveis e semi duráveis, impede que investimentos sejam feitos à medida que encarece o crédito.

“Temos visto que a demanda das famílias e empresas por bens como automóveis, móveis, produtos eletrônicos vêm arrefecendo desde a metade do ano passado. Os juros mais altos, em um quadro de endividamento acaba reduzindo as intenções de compra por esses bens. Naturalmente, em uma dinâmica de política monetária apertada, o consumo, os gastos das famílias e empresas com bens duráveis acabam contraindo mais”, opina Rodolfo Margato, economista da XP.

Em janeiro em relação a dezembro, a situação só não foi pior para a indústria geral porque o Espírito Santo (18,6%) e Pernambuco (17,3%) registraram expansão de dois dígitos, acompanhado de resultados positivos na Região Nordeste (6,1%), Goiás (2,5%), Amazonas (2,4%), Ceará (1,5%) e Minas Gerais (0,6%).

Na comparação com janeiro de 2022, a indústria nacional variou apenas 0,3% em janeiro de 2023, com taxas positivas em sete dos 18 locais pesquisados.



Maria Lucia Fattorelli

Por que o mercado festejou o arcabouço fiscal?, por Fattorelli

Em artigo publicado originalmente no Monitor Mercantil, Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, analisa a proposta de arcabouço fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A economista destaca no artigo intitulado “Por que o mercado festejou o novo arcabouço fiscal?” que, além de manter o teto de gastos, flexibilizado com bandas, a proposta do Ministério da Fazenda colocou uma meta de superávit primário – despesas menos receitas, excluído o pagamento de juros – mais restritiva do que previa o próprio mercado.

De acordo com Fattorelli, “o ‘mercado’ – conformado por bancos e grandes corporações – se manifesta diariamente através dos movimentos de Bolsa de Valores, dólar, manchetes na grande mídia e recados de seus representantes políticos. Nos primeiros dias do governo Lula, o mercado deu ‘chilique’, como registramos, quando a grande mídia repercutiu entrevista do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a anomalia da situação econômica do país em decorrência da absurda elevação da taxa de juros Selic pelo Banco Central: o dólar disparou e a bolsa caiu.

“Agora, diante da apresentação das linhas gerais do novo arcabouço fiscal em coletiva de imprensa do ministro Haddad e representantes da equipe econômica, no dia 30/3/2023, o mercado festejou: o dólar caiu, a Bolsa subiu, e várias manchetes da grande mídia ressaltaram que o arcabouço fiscal agradou ao mercado.

No artigo, Fattorelli analisa a apresentação das linhas gerais do novo arcabouço fiscal em coletiva de imprensa do ministro Haddad no dia 30 de março.

A especialista alerta que “continuaremos a ter teto de gastos sociais e com a estrutura de Estado. A diferença é que esse teto será calculado de forma mais flexível, dentro de uma ‘banda’ que variará entre 0,6% e 2,5% acima da despesa primária do ano anterior atualizada pelo IPCA, o que é uma margem pífua, uma esmolinha acima do que já constava da EC-95!

“A manutenção do teto de gastos coloca as áreas sociais em disputa, por exemplo, caso tenhamos uma elevação nos gastos com saúde, educação ou reajuste para servidores públicos, face aos tetos estabelecidos no novo arcabouço fiscal, automaticamente os demais gastos sociais e com a estrutura do Estado teriam que sofrer redução, porque o conjunto desses gastos terá que caber dentro do teto estabelecido, que, mais uma vez, deixa fora os gastos com juros da dívida pública, os quais permanecem sem teto ou limite algum!”.

Confira a íntegra do artigo no site do HP: <https://horadopovo.com.br/por-que-o-mercado-festejou-tanto-o-novo-arcabouco-fiscal-por-maria-lucia-fattorelli/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90



Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Governo priorizará a indústria nacional nas compras do SUS

Ministérios da Saúde e da Indústria e Comércio anunciaram reestruturação do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde - Geceis

Os ministérios da Saúde e da Indústria anunciaram, nesta segunda-feira (3), a reestruturação do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Geceis). O objetivo do governo federal é gerar condições para que a indústria nacional tenha capacidade de produzir 70% das necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) do país em até dez anos.

O anúncio foi feito em cerimônia que contou com a presença do vice-presidente da República e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, e do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além da ministra Nísia Trindade.

O Geceis tem como objetivo estimular o sistema produtivo de bens e serviços ligados à saúde, como medicamentos, vacinas e equipamentos hospitalares.

Segundo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, “nossa meta é atingir 70% de produção nacional dos insumos necessários para nossa saúde. Para isso precisaremos da inovação, além de reforçar o campo da regulação. Isso se fará numa visão voltada não só para o país, mas para nosso papel na região e na cooperação para uma saúde global efetiva”, declarou.

Nísia afirmou, ainda, que a perspectiva é que em 30 dias cada um dos participantes do grupo executivo identifique e apresente propostas de estímulo ao setor. “Seja através de editais ou normativos que facilitem, por exemplo, as encomendas tecnológicas e outras medidas que possam favorecer a produção, a inovação e a reindustrialização no campo da saúde.”

Na avaliação do governo, a dependência do Brasil para a aquisição de insumos torna o sistema de saúde público dependente do mercado externo, suscetível às oscilações da economia externa, o que é um grave prejuízo aos brasileiros.

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que o momento é propício para uma reindus-

trialização, e destacou que “não posso depender tudo lá de fora. Não posso depender do fertilizante do Canadá ou Noruega; de moléculas da Índia; de equipamentos da China”, exemplificou Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Nesse contexto, reforçou a importância das universidades federais, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Butantan.

JUROS

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que já “passou da hora” do Banco Central reduzir a taxa de juros no Brasil. Alckmin frisou que não há nada que justifique o país ter a taxa de juros de 13,75%.

“Já passou da hora [de reduzir juros]. Não tem razão para termos a maior taxa de juros do mundo. É difícil de entender. Em 2020, a taxa de juros era 2%. Hoje, 13,75%. Não tem justificativa”, disse o vice-presidente nesta terça-feira (3), durante o lançamento do Geceis (Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde), iniciativa que tenta fortalecer a estrutura industrial do setor no país.

A redução da taxa de juros tem sido pauta defendida recorrentemente no governo federal, que tem atritado com o Banco Central por não implementar. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, fez diversas críticas ao chefe do Banco Central, Roberto Campos Neto. Alckmin se soma ao coro ao pedir redução da taxa.

Alckmin elencou três motivos pelos quais a indústria brasileira perdeu relevância nos últimos 50 anos: câmbio, impostos e juros altos. Dessa forma, a redução da Selic ajudaria a alavancar a atividade industrial no país.

“Esperamos que com a nova ancoragem que foi apresentada, a ancoragem fiscal, a gente entre numa curva de redução da taxa de juros”, disse o vice-presidente.



Incentivo ao Complexo da Saúde havia sido desativado por Bolsonaro



Grupo Interministerial foi criado para criar política de proteção às escolas

Flávio Dino anuncia R\$ 150 milhões para monitorar e prevenir violência nas escolas

Em uma ação conjunta dos ministérios da Justiça e Segurança Pública, Cidadania, Educação, da Saúde, da Cultura e Esporte e da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria Geral da Presidência da República, o governo do Presidente Lula criada Grupo de Trabalho (GT) para discutir ações de enfrentamento e prevenção à violência nas escolas do país.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, já anunciou a liberação de R\$ 150 milhões para ampliar as patrulhas escolares em todo o país, em meio à onda de ataques a escolas e creches.

“O valor inicialmente é de R\$ 150 milhões, do Fundo Nacional de Segurança Pública, [destinados a] estados e municípios que detêm a competência constitucional para fazer esse patrulhamento ostensivo. Os editais devem ser publicados na semana que vem”, informou Dino em entrevista no Palácio do Planalto após reunião com o presidente Lula.

As rondas escolares correspondem ao policiamento ostensivo realizado pela Polícia Militar ou Guardas Civis nas portas e arredores de unidades escolares e creches, como forma de reforçar a segurança pública nesses locais, que concentram grande circulação de crianças e adolescentes.

Outra medida é intensificar o monitoramento de ameaças e planejamento na internet de ataques a escolas. De acordo com Flávio Dino, 50 policiais federais passarão a monitorar exclusivamente esse tipo de crime, a partir de uma central da Divisão de Operações Integradas (Diop), vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do ministério, em apoio direto às polícias estaduais. Até então, eram 10 policiais envolvidos neste trabalho.

“Então, temos, por decisão do presidente da República, uma di-

mensão estruturante, que é o Grupo de Trabalho, sob comando do ministro Camilo Santana, de formulação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência, portanto, segurança nas escolas.

De acordo com o ministro, isso envolve todos os ministérios representados na reunião no Palácio do Planalto. “Não há uma única saída. E temos uma dimensão emergencial que é fortalecer os trabalhos dos estados e municípios no que se refere às rondas escolares e, ao mesmo tempo, fortalecer os trabalhos do Sistema Nacional de Segurança Pública, no que se refere a estas postagens que estão, infelizmente, se alastrando na internet”, lamentou Flávio Dino.

Ele considera que essas são medidas práticas. “O presidente da República está absolutamente comovido, todos nós estamos, na condição de pais, tios, familiares. É algo realmente que corta o coração. O presidente da República chamou a reunião porque ele está muito envolvido emocionalmente com isso e nós vamos tratar nessa nível ministerial, nessa dimensão, a dimensão imediata, cuja parte mais importante o próprio presidente da República já fez, que é a solidariedade”, contou o ministro, citando as medidas de segurança, em apoio aos estados e municípios e o debate sobre uma Política Nacional de Segurança Pública.

MONITORAMENTO

Em relação ao monitoramento na internet, Flávio Dino explicou que o monitoramento já existe e é nacional e em apoio aos estados e municípios. “Em face da ocorrência em Santa Catarina e em face das novas ameaças o que estou fazendo agora não é criar o grupo, mas ampliar um grupo que já existe e que é lotado em Brasília, na Divisão de Operações Integradas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Diopi)”, disse.

Flávio Dino reconheceu a urgência e a importância do trabalho que será liderado pelo ministro Camilo Santana, porque

envolve muitos aspectos, inclusive famílias, comunidades escolares, estados, municípios e empresas privadas. “Vejam que esse ataque foi em uma escola privada, em que o governo não tem regulação. Agora, obviamente, neste grupo que o ministro Camilo vai coordenar, o assunto vai ser debatido”, explicou.

Segundo o ministro da Justiça e Segurança Pública, no entanto, essa não é uma decisão do Governo Federal, exclusivamente. A parte que cabe ao MJSP, frisa, é a parte da Segurança Pública. Daí a decisão de fortalecimento do Sistema das Rondas Escolares, com o investimento de R\$ 150 milhões nesse trabalho.

AÇÃO IMEDIATA

O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que, logo após o ataque na semana passada, em São Paulo, em que uma professora foi morta, ele se reuniu com o ministro Flávio Dino, Sílvio Almeida e outros ministros para construir uma proposta interministerial com ações para o enfrentamento à violência nas escolas. “O presidente nos convocou para uma reunião e vai assinar um decreto interministerial com a participação de ministérios, como o das Comunicações, que enfrenta o problema da deep web e dark web, e o do Esporte, entre outros”, disse.

“O ministro Flávio Dino, como ação imediata vai colocar à disposição recursos financeiros para fortalecer a ronda escolar municipal e estadual. E com o Grupo de Trabalho vamos ouvir secretários de Educação, prefeitos e especialistas, para tomar ações imediatas e concretas para coibir esses casos”, contou o ministro da Educação. Segundo ele, tudo isso é fruto do estímulo às armas, à violência, à intolerância. “É a medida do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apoiada pelo presidente Lula, vai ajudar muito o trabalho, também, das guardas municipais”, concluiu.



Autuações aumentaram em todo o país

Ibama volta a fiscalizar desmatamento ilegal e número de multas na Amazônia sobe 219%

Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) mostram que o número de multas por desmatamento e outras infrações na região amazônica, no primeiro trimestre de 2023, aumentou 219%, se comparado à média do mesmo período dos anos de 2019 a 2022.

Constituem as autuações, confiscos de bens e produtos relacionados às infrações ambientais, que tiveram alta de 133%, e o número de embargos de propriedades, que cresceu 93%, no mesmo período. Segundo o Ibama, as medidas descapitalizam os infratores e impedem o acesso a financiamentos bancários, além de restringir o comércio de produtos ilegais.

Somente no território indígena Yanomami, localizado nos estados do Amazonas e Roraima, desde 6 de fevereiro, o Ibama destruiu 285 acampamentos de garimpeiros, oito aeronaves, 23 barcos, três tratores e 124 motores. Também foram apreendidos 21 mil litros de combustível, 22 toneladas do minério cassiterita, 5 kg de mercúrio, entre outros equipamentos que atingem a logística e estrutura do garimpo ilegal.

Apesar das operações terem se concentrado, em sua maioria, na região amazônica, as autuações ambientais aumentaram 78% em todo o país na comparação com o primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo intervalo de meses, dos quatro anos anteriores. Os números refletem a retomada das atribuições do Ibama e o comando do combate ao desmatamento pela área ambiental, apesar da defasagem no número de fiscais. O órgão informou que as ações para expulsão dos garimpeiros da TI Yanomami seguirão.

Em fevereiro deste ano, o Ibama anulou o entendimento do despacho publicado durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) que abria brecha para isentar o pagamento de multas por crimes ambientais somadas em ao menos R\$ 29,1 bilhões. Na época, o órgão era presidido por Eduardo Bim. O despacho da gestão do instituto durante o governo Bolsonaro abria brecha para livrar os criminosos ambientais de arcarem com suas multas.

A manobra editada por Bim estabelecia que as penalidades seriam inválidas – e, consequentemente, estariam prescritas – nos casos em que os autores tivessem sido notificados por meio de edital para a apresentação de alegações finais, quando o acusado expõe seus últimos argumentos no processo antes da sentença judicial.

O Ministério Público Federal (MPF), atendendo a uma representação da Ascema, entidade que representa servidores da área ambiental lotados no Ibama, Serviço Florestal, ICMBio chegou a instaurar uma investigação para apurar a legalidade da decisão do ex-presidente do Ibama. A Ascema alegou que a anulação resultaria na prescrição de milhares de autos de infração, com “gigantesca perda de trabalho dos servidores do Ibama, bem como, gigantesca perda de créditos e compensações ambientais”.

No dia 20 daquele mês, a Advocacia Geral da União (AGU) aprovou dois pareceres rejeitando a prescrição das infrações. Um levantamento feito pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Ibama da própria AGU, apontou que a medida garante a validade da cobrança de 183 mil autos de infração, chegando a totalizar R\$ 29,1 bilhões em multas ambientais. “A infração ambiental não pode compensar financeiramente”, justificou Jorge Messias, advogado-geral da União.

“Neste momento em que a humanidade enfrenta uma ameaça existencial, com a crescente emergência climática, a AGU não poderia deixar de cumprir seu papel de dar segurança jurídica para um dos eixos centrais da proteção ambiental: a responsabilização dos que agredem o meio ambiente e colocam em risco o futuro do planeta”, prosseguiu o representante da AGU.

O Ibama também instaurou um grupo de trabalho para revisar os atos administrativos fundamentados pelo despacho, bem como outras decisões tomadas durante o governo anti meio ambiente de Jair Bolsonaro “em desconformidade com preceitos legais” de apuração de infrações do instituto.



Prêmio Luiz Gama fará homenagem às pessoas que lutam em defesa dos direitos humanos no país

O governo federal anunciou a criação do Prêmio Luiz Gama que será concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos a indivíduos ou instituições “cujos trabalhos ou ações merecem destaque especial nas áreas de promoção e de defesa dos direitos humanos no país”.

A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) nesta terça-feira.

A publicação do DOU estabelece que a honraria será entregue bianualmente, em anos pares, e os critérios e ações para recebimento do Prêmio Luiz Gama ainda serão descritos futuramente pelo ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida.

Luiz Gama foi advogado, jornalista e escritor, declarado Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil pelo ex-presidente Michel Temer, em 2018. Nascido em Salvador, em 21 de junho de 1830, de uma mãe negra livre e um pai branco, foi escravizado por 10 anos e permaneceu analfabeto até os 17.

Ao reaver a liberdade judicialmente, decidiu se formar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, atualmente conhecida como Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Os estudantes, no entanto, impediram a matrícula de Luiz Gama, que passou a estudar por conta própria, como

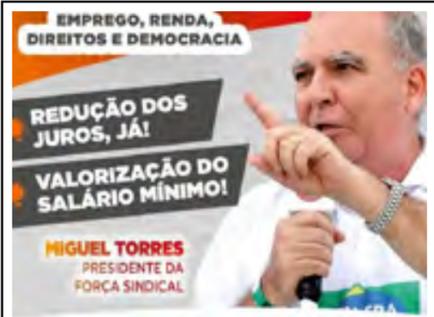
ouvinte, e se tornou um rábula, aqueles que possuíam conhecimento suficiente para advogar mesmo sem diploma.

Gama atuava em processos de pessoas escravizadas e, por isso, foi demitido do cargo que ocupava na Secretaria de Polícia, em 1868, por pressão dos insatisfeitos com as alforrias conquistadas pelo advogado.

O autodidata defendeu o fim da escravidão e da monarquia no país, mas morreu seis anos antes de ver concretizada as causas defendidas, em 24 de agosto de 1882.

Gama também foi colaborador de diversos jornais da época, com artigos publicados em periódicos de São Paulo e também da então capital Rio de Janeiro.

O Prêmio Luiz Gama substituirá a “Ordem do Mérito Princesa Isabel” assinada por Jair Bolsonaro (PL), em dezembro do ano passado. Em nota oficial, o governo Lula explica sua instituição pela administração anterior foi equivocada. “Não se trata de afirmar que uma pessoa branca não possa integrar a luta antirracista, mas de reafirmar o símbolo vital que envolve essa substituição: o reconhecimento de um homem negro abolicionista enquanto defensor dos direitos humanos”, justifica a secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos, Rita Oliveira.



Centrais convocam 1º de Maio e exigem “redução dos juros e valorização do salário mínimo”

Em mobilização para o 1º de Maio Unificado, as Centrais Sindicais destacam a redução dos juros e a valorização do salário mínimo como pautas essenciais para o fortalecimento da economia e o crescimento do país. Com o tema “Emprego, direitos, renda e democracia”, o movimento sindical enfatiza também a importância da unidade entre os trabalhadores para a reconstrução nacional sob bases democráticas.

Se referindo ao governo Bolsonaro, que deflagrou um processo intenso de ataques aos direitos trabalhistas, o panfleto unificado das Centrais lembra que foi a unidade dos trabalhadores que permitiu a resistência e luta contra os ataques aos direitos trabalhistas. “Foi justamente essa unidade que garantiu ao movimento sindical resistir e lutar nesse que foi um dos períodos mais difíceis da história recente do Brasil, com ataques e perdas sem precedentes à classe trabalhadora, à economia, aos direitos, à democracia e à soberania”, diz o panfleto.

Em São Paulo, as comemorações do Dia do Trabalhador estão marcadas para começar às 10 horas da manhã no Vale do Anhangabaú, no centro da capital paulista. Além da redução da taxa básica de juros, as centrais reivindicam uma política de geração de emprego e renda, com a valorização do mínimo, e o fortalecimento das negociações coletivas. “A democracia venceu, a classe trabalhadora venceu. Há muita luta pela frente para reconquistar e ampliar direitos. Lutamos pela revogação dos marcos regressivos da legislação trabalhista. Nossa luta por um país mais igual e mais justo, com empregos de qualidade, tem neste 1º de Maio um novo marco, agora, baseado na esperança e no protagonismo da classe trabalhadora”, enfatizam as centrais no panfleto unificado.

Fitmetal pede queda imediata da taxa de juros do Banco Central: “Sabota o crescimento do país”

A Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal) divulgou nota, no último dia 5, em que se soma ao clamor de diversas entidades representativas dos trabalhadores pela “queda imediata das taxas de juros” pelo Banco Central (BC).

Na nota, a Federação também critica a proposta de arcabouço fiscal apresentada pelo ministro da Economia, Fernando Haddad. “O Brasil é o país com os juros reais mais altos do Planeta. Com uma taxa básica (Selic) elevada – que se mantém em 13,75% –, podemos transferir até R\$ 800 bilhões para especuladores em 2023. O repasse, no ano passado, foi de R\$ 500 bilhões”, denuncia a entidade.

Conforme a nota, “com essa política, o presidente do BC sabota o crescimento e desenvolvimento do País, paralisando a produção, levando à falência milhares de micro, pequenas e médias empresas nacionais, destruindo ainda mais o parque industrial nacional e, com isso, aumentando exponencialmente o desemprego – e por consequência a fome e a miséria”.

A entidade afirma que “após a grande vitória contra o fascismo liderada pela Frente Ampla nas eleições presidenciais de 2022, coloca-se na ordem do dia a necessidade da re-

construção do País”, em uma economia destruída e dilacerada “por um governo entreguista, fascista e corrupto”.

Na nota, a federação denuncia ainda a perda de direitos dos trabalhadores, o asfíxiamento das entidades sindicais e a “política econômica desastrosa, que levou o País à beira da falência” nos últimos quatro anos.

“O Brasil sob o governo Jair Bolsonaro (PL) vendeu a preço de banana refinarias, fatiou a Petrobras para depois privatizá-la e estava preparando a entrega de várias outras empresas estatais. O Banco Central se tornou “independente” e o governo indicou para sua presidência um preposto dos bancos e do capital financeiro internacional”, afirma a entidade.

Ao lembrar que o “aplausos do mercado” ao arcabouço fiscal apresentado pelo ministro da Economia mostra que a proposta “agrada mais o setor financeiro do que o povo e a nação brasileira”, a Fitmetal afirma que “é preciso acabar com a ditadura fiscal nos impostos pelo ‘mercado’ através do capacho presidente do Brasil”. A entidade afirma que “a questão central agora é a luta por uma política de crescimento da economia e geração de emprego”.

Frente Sindical: reverter terrorismo de Bolsonaro em tudo o que for possível



Mais da metade da população paulista é contra a privatização da Sabesp, mostra pesquisa Datafolha

Pesquisa Datafolha revelou que mais da metade da população paulista é contra a privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo). De acordo com o levantamento, 53% dos entrevistados se manifestaram contrários à transferência da empresa para a iniciativa privada.

A pesquisa foi feita entre os dias 3 e 5 de abril, em 65 municípios de todas as regiões do estado de São Paulo. Foram realizadas 1.806 entrevistas presenciais, com pessoas acima de 16 anos. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Os favoráveis foram 40%, 6% não souberam e 1% declarou ser indiferente.

De acordo com a pesquisa, não há concordância de forma majoritária com a venda da empresa em nenhum setor entrevistado. A oposição à privatização da Sabesp supera a posição favorável nos recortes de gênero, idade, escolaridade e renda. A rejeição é maior entre estudantes (65%), funcionários públicos (59%), e desempregados (54%). Entre os eleitores de Fernando Haddad, que disputou o governo estadual em 2022, 65% rejeitam a proposta.

Considerando a ocupação principal dos entrevistados, apenas o grupo de empresários tem posição majoritária a favor da privatização: 54%. Entre os eleitores de Tarcísio de Freitas pouco menos da metade (49%) apoiam a privatização. A exceção são os entrevistados entre 35 e 44 anos, onde há empate: 48% são contra, e 48% a favor.

A privatização da companhia de saneamento é defendida pelo governador, que deseja ver a empresa nas mãos da iniciativa privada já em 2024, mas encontra barreiras tanto na Assembleia Legislativa, como entre especialistas do setor e no movimento social.

Entre os alertas de

especialistas está o consequente aumento das tarifas e queda na qualidade na prestação de serviços, tal como ocorridos em experiências de privatização ao redor do mundo. Esses fatores se converteram em elementos essenciais para a reestatização em países como França e Alemanha, por exemplo.

Em São Paulo, a Sabesp atua em 375 dos 645 municípios paulistas – sendo que a maior parte desses possuem até 20 mil habitantes – atendendo cerca de 80% da população. Com a lógica do subsídio cruzado, a Sabesp usa a arrecadação dos municípios mais rentáveis para financiar os investimentos necessários nos municípios mais pobres. Política essa também ameaçada em um eventual processo de privatização, em que o objetivo maior deixa de ser a garantia do acesso à água e esgoto tratado com serviço de qualidade e passa a ser o lucro a qualquer custo.

Essa decisão do governo foi muito importante e vem em consonância com o que o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios [Sintect SP] vem defendendo. A não privatização dos Correios e de outras estatais é um compromisso feito pelo presidente Lula, quando conversei com ele durante a campanha eleitoral, durante a Conclat [Congresso da Classe Trabalhadora], declarou ao HP Elias Diviza, presidente do Sintect SP.

Para Diviza, essa decisão do governo mostra a preocupação com a população brasileira. “Então, essa é uma grande vitória de nós trabalhadores dos Correios. Principalmente nós da Findect [Federação Interstadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios] que fizemos uma articulação muito

“Bolsonaro tentou matar os sindicatos por asfixia, bloqueou os recursos financeiros até para sobrevivência das entidades sindicais

A Frente Sindical Ampliada (FSA) nasceu da resistência à política antissindical de Bolsonaro. O movimento reúne hoje mais de 400 entidades sindicais, quatro centrais, quatro confederações, federações, desembargadores e advogados trabalhistas. Surgiu em Santa Catarina e se espalhou pelo país. Dia 25 de abril leva ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, uma proposta de medidas emergenciais de restabelecimento do custeio das entidades sindicais – contribuição negocial para todos da categoria, aprovada em assembleia – e fortalecimento da negociação coletiva.

O HP se reuniu por videoconferência com Idemar Martini, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina e se espalhou pelo país. Dia 25 de abril leva ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, uma proposta de medidas emergenciais de restabelecimento do custeio das entidades sindicais – contribuição negocial para todos da categoria, aprovada em assembleia – e fortalecimento da negociação coletiva.

Para os dirigentes do movimento, foi o ataque mais duro aos trabalhadores desde a ditadura. Afirmaram que Bolsonaro tentou matar por asfixia os sindicatos, bloqueou os recursos financeiros até para sobrevivência das entidades – acabando, na prática, com a contribuição de um dia de trabalho – desencadeou uma avalanche de propaganda antissindical, estabeleceu o acordo individual superior ao acordo coletivo, a possibilidade da homologação do trabalhador demitido não ser pelo sindicato, dissídio na Justiça só com consento das partes, isto é, nunca, além de outras agressões. Tudo isso se refletiu na queda das filiações. Avaliam que a grande maioria das entidades estão sufocadas.

Em outra frente, afirmaram que a reforma trabalhista desidratou o direito do trabalho. Criou imensos e quase insuperáveis obstáculos para o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, alegando a quantidade de processos, um crime contra a classe trabalhadora. A Justiça do Trabalho tinha quatro milhões de processos. Só os bancos e as empresas telefônicas têm 44 milhões, dez vezes mais, argumentam.

Para o desembargador Marcelo D'Ambrosio há um desequilíbrio muito grande nas relações do trabalho. “Não podemos abrir mão do papel do Estado nas relações do trabalho, tutelando a parte mais fraca que é o trabalhador. Não podemos abrir mão daquilo que já temos, que é o Ministério do Trabalho, que tem que ser fortalecido, do Ministério Público do Trabalho, que tem que ser fortalecido, e da Justiça do Trabalho, que tem que ser fortalecida. Além disso, temos que ter uma coordenação

desse três órgãos, para podermos evoluir”. Dr. Marcelo considera que “faz parte da democracia o sindicato ser mantido pela classe trabalhadora ou pelo Estado, como são mantidos os partidos. É preciso fortalecer o sindicato e a unicidade sindical”. Dr. André Bevilacqua anunciou que dia 25 a Frente irá entregar ao Ministro do Trabalho um estudo, realizado nos últimos 40 dias, onde foram “pinceladas cuidadosamente propostas que unissem a classe trabalhadora para conformarem uma MP (Medida Provisória) capaz de ser vitoriosa”. Para Sabino Bussanello, “o movimento sindical brasileiro tem sido um gigante na resistência aos ataques dos governos de banditismo do Temer e de terrorismo do Bolsonaro. Considera que, no fundo, o que está em jogo é esse desequilíbrio nas relações capital/trabalho. “Não devemos cair na conversa que vamos resolver os problemas que estamos vivendo do avanço do capital, principalmente o especulativo, predatório, selvagem, esse capital que produz escravos e semiescravos, numa mesa de negociação tripartite. Desse capital selvagem, não acreditamos que, num conselho, vamos resolver alguma coisa”. Para Sabino, “a nossa proposta se preocupa em resolver tanto o custeio das entidades, mas também o desequilíbrio nas relações sindicais. E lembrou João Amazonas: “A unidade é a bandeira da esperança e a chave da vitória”.

Martini, coordenador da Frente, declarou que “vamos ouvir todos e ajudar o governo a construir uma Medida Provisória que atenda às nossas reivindicações”. Falou que “agora é preciso unir toda a classe trabalhadora num projeto possível de se tornar realidade”. Nossas prioridades são o custeio dos sindicatos, federações, confederações e centrais, e o fortalecimento do sindicato na negociação coletiva: a homologação no sindicato, o direito da parte pedir o dissídio, o restabelecimento do acesso à Justiça do Trabalho.

Martini lembrou que “quando Lula ganhou a primeira eleição, houve divisão. Vamos discutir pluralismo sindical agora? Temos o exemplo do Chile, onde destruíram o movimento sindical com o pluralismo. Tinha fábrica com quatro sindicatos. Vamos trazer o modelo alemão? Nossa cultura não cabe sistema mediador. Temos que fortalecer a Justiça do Trabalho. Nós não vamos mexer na unicidade, seria o caos. Queremos colaborar, não queremos afrontar ninguém, o que existe é a ansiedade de fazer as coisas”.

Confira a íntegra da entrevista no endereço a seguir:

<https://youtu.be/t7YUture05o>

“Retirada dos Correios do plano de privatizações é uma grande vitória”

Os trabalhadores dos Correios comemoram decisão do governo de retirar a empresa do plano nacional de privatizações. Nesta quinta-feira (6), o governo Lula publicou no Diário Oficial da União (DOU) o Decreto nº 11.478, que retira oficialmente do Programa Nacional de Desestatizações (PND) e do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) dez empresas.

Essa decisão do governo foi muito importante e vem em consonância com o que o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios [Sintect SP] vem defendendo. A não privatização dos Correios e de outras estatais é um compromisso feito pelo presidente Lula, quando conversei com ele durante a campanha eleitoral, durante a Conclat [Congresso da Classe Trabalhadora], declarou ao HP Elias Diviza, presidente do Sintect SP.

Para Diviza, essa decisão do governo mostra a preocupação com a população brasileira. “Então, essa é uma grande vitória de nós trabalhadores dos Correios. Principalmente nós da Findect [Federação Interstadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios] que fizemos uma articulação muito

grande dentro do Senado, um trabalho excepcional, conversando com todos senadores, seus assessores. Esse movimento foi muito importante, principalmente porque conseguimos eleger o atual governo e acreditamos que vai ser um governo para o pobre, para nós trabalhadores”, completou o presidente do SintectSP.

Com o decreto, saem do Programa Nacional de Desestatização a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT – Correios); Empresa Brasil de Comunicação (EBC); Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) e Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec).

Do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), saem: Armazéns e imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA); Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).



Conselheiro de Zelensky propõe “eliminação física” de fiéis e padres da Igreja Ortodoxa



Fiéis e padres da Igreja Ortodoxa se unem contra invasão do monastério

Arábia Saudita e Irã acertam, no encontro em Pequim, mútua reabertura de Embaixadas

A Arábia Saudita e o Irã anunciaram em Pequim na quinta-feira (6) a retomada, com efeito imediato, das relações diplomáticas, após a reunião entre os respectivos ministros das Relações Exteriores, Faisal bin Farhan Al Saud e Hossein Amir-Abdollahian, a primeira em mais de sete anos.

A medida é desdobramento da declaração dos dois países, no mês passado, de restauração de vínculos sob mediação da China.

O encontro desta quinta-feira teve como anfitrião o ministro das Relações Exteriores da China, Qin Gang, e revela a importância que a política ganha-ganha de Pequim vem alcançando no mundo, baseada no multilateralismo, igualdade e diálogo, em contraposição à mentalidade de Washington de Guerra Fria, confrontação e divisão.

A primeira reunião e acordo Arábia Saudita-Irã de março “representa uma grande vitória diplomática para os chineses”, admitiu então a Associated Press, acrescentando que ela ocorre “quando os diplomatas tentam encerrar uma longa guerra no Iêmen, um conflito no qual tanto o Irã quanto a Arábia Saudita estão profundamente enredados”.

A China saudou os dois países por terem desde então conduzido interações sólidas de alto nível e demonstrado plenamente sua atitude construtiva e sinceridade. “O que a China aprecia muito”, assinalou Qin, acrescentando que a China apóia os dois lados na adoção contínua de novos passos para facilitar as relações.

O chanceler chinês destacou que os laços aprimorados entre a Arábia Saudita e o Irã “ajudarão a salvaguardar a paz e a estabilidade regionais, estabelecendo um exemplo para o mundo resolver conflitos por meio do diálogo, além de fornecer uma excelente prática da Iniciativa de Segurança Global e construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade”.

REPERCUSSÕES

Os chefes da diplomacia saudita e iraniana expressaram seu apreço pelo papel da China em apoiar Riad e Teerã nas negociações, cujo sucesso está repercutindo positivamente em outros países do Oriente Médio.

O presidente do Irã, Seyyed Ebrahim Raisi, já aceitou um convite do rei saudita Salman bin Abdulaziz Al Saud para visitar Riad. O convite é visto como um passo significativo para melhorar os laços entre iranianos e sauditas.

Em outro avanço, que se contrapõe ao divórcio estimulado pela Casa Branca, a Arábia Saudita está planejando convidar o presidente sírio, Bashar al-Assad, para uma cúpula da Liga Árabe que Riad está hospedando em maio, informou a Reuters no domingo citando fontes não identificadas. A participação de Assad em uma cúpula da Liga Árabe, se concretizada, marcaria o desenvolvimento mais significativo em sua reabilitação no mundo árabe



Ministros do Irã, Arábia Saudita e China em Pequim

desde 2011, quando a Síria foi suspensa da organização em meio a um conflito interno com forças retrógradas agindo por procuração de Washington na tentativa vã de derrubar Assad.

Poucos dias após o acordo saudita-iraniano em Pequim, dois outros rivais regionais, a Turquia e o Egito, também começaram a enviar mensagens calorosas e falaram sobre o restabelecimento de relações diplomáticas plenas. O ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, visitou o Cairo em 18 de março para conversar com seu homólogo egípcio, Sameh Shoukry, pela primeira vez desde que as relações bilaterais foram rompidas há cerca de uma década.

Iraque, Omã e Emirados Árabes Unidos também elogiaram o acordo Arábia Saudita-Irã, enquanto o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, disse que o acordo poderia “abrir novos horizontes” no Líbano, Síria e Iêmen.

O principal diplomata paquistanês Bilawal Bhutto Zardari, presidente do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Organização de Cooperação Islâmica – que reúne os 53 países de fé islâmica –, elogiou a China por “encorajar a resolução de disputas, em vez de encorajar disputas perpétuas”.

A importância dos laços da China com o Irã já eram bastante nítidos, desde o empenho de Pequim pelo Tratado JCPOA de limitação do potencial nuclear iraniano em troca do levantamento de sanções, aquele que o governo Trump violou, até o acordo estratégico China-Irã de 25 anos com investimentos da ordem de US\$ 400 bilhões assinado no ano passado para aprofundar a cooperação, a industrialização do país e a construção de infraestrutura.

RIAD-PEQUIM

Mas o novo aqui é o desenvolvimento das relações sauditas com a China, indo além do já intenso intercâmbio comercial. Riad – registrou o jornal Global Times – costumava “ser um parceiro de segurança confiável para os EUA, mas nos últimos anos, o relacionamento saudita-americano tornou-se cada vez mais tenso”.

Bem da verdade, bem mais do que isso. Após a quebra do padrão Dólar-Ouro de Bretton Woods, para manter o dólar como moeda de reserva, os EUA fez a Arábia Saudita tornar o dólar como a única moeda usada na aquisição de petróleo, a principal commodity negociada no mundo, e o

mecanismo do petrodólar pelo qual os sauditas aplicavam recursos da exportação de petróleo nos bancos norte-americanos e nos títulos do Tesouro, criando a base para a financeirização que se seguiu. Com o uso dos combustíveis fósseis com os dias contados, e com a China tendo se tornado o maior comprador de petróleo saudita, nos últimos anos a relação entre os EUA e a Arábia Saudita passou por mudanças discretamente, registrou o GT.

“A autonomia da Arábia Saudita está aumentando ainda mais, e está adotando uma estratégia econômica sem dependência dos EUA. Também não é mais politicamente obediente aos EUA. Naturalmente, a Arábia Saudita está agora aumentando seus investimentos na China e buscando a mediação da China nas relações saudita-iranianas. A OPEP+ anunciou recentemente cortes surpresa na produção de petróleo, o que é inconsistente com o que os EUA esperam”.

RESSENTIMENTO

O clima de ressentimento em relação aos EUA no Oriente Médio é generalizado, não apenas na Arábia Saudita, observa o GT, já que o envolvimento dos EUA na região é visto como impulsionado principalmente pelo desejo de se apossar dos recursos petrolíferos.

As tentativas dos EUA de controlar o cenário global de energia, especialmente no contexto do conflito Rússia-Ucrânia, irritaram muitos países, pois Washington exige constantemente que alguns países do Oriente Médio sacrifiquem seus próprios interesses para reprimir a Rússia, acrescenta.

Além disso, Washington quer transformar a região em um campo de batalha para a competição geopolítica de grandes potências, à qual a maioria dos países do Oriente Médio resiste. Washington insiste em ignorar que os assuntos regionais devem ser e serão decididos pelos países relevantes do Oriente Médio.

O estopim do rompimento das relações entre a Arábia Saudita e o Irã em 2016 foi a execução de um proeminente clérigo xiita pelas autoridades de Riad, o que desencadeou a invasão da embaixada saudita em Teerã por manifestantes. Em paralelo, a eclosão do levante revolucionário no Iêmen, contra o qual Riad interveio militarmente.

Em parceria com a Agência de Notícias Xinhua



Deputados repudiam a arbitrariedade. Dois deputados negros são cassados ao exigirem controle das armas no Tennessee

A absurda cassação pela maioria republicana na Assembleia Estadual do Tennessee retirando o mandato de dois deputados negros democratas na quinta-feira (6) ocorreu depois que os parlamentares apoiaram uma manifestação dos estudantes convocada para exigir medidas que evitem a repetição do massacre da semana passada em uma escola de Nashville, está causando indignação nos EUA, devido ao seu caráter aberrantemente racista. Uma terceira deputada que apoiou o protesto – cujo nome também foi a votação, mas é branca – escapou da cassação.

Eles foram acusados de “falta de decoro” e “insurreição” por apoiarem milhares de estudantes que, vindos do Estado inteiro, se concentraram na segunda-feira (3) junto da Assembleia.

O que os deputados Jones, Pearson e Johnson fizeram foi responder aos milhares de estudantes que, após o massacre de Nashville, paralisaram as aulas e foram às ruas exigir ação contra a violência armada. Foram mais de 300 protestos em 41 Estados.

A violência com armas se tornou agora a principal causa de morte de crianças nos EUA, segundo o portal Common Dreams.

A bancada de Deputados Negros do Estado denunciou que a cassação é “inconstitucional e moralmente falida”.

Centenas de deputados estaduais de 35 Estados reagiram à cassação, classificando-a de “esforço antidemocrático para impedir que o povo americano denuncié as consequências devastadoras da violência armada”.

A carta acusou o Partido Republicano de evidenciar “a conexão robusta e racista entre a luta contra a segurança das armas e o desmantelamento da nossa democracia”.

Para Jones, o papel dele e de Pearson é serem “a voz da dissidência moral” e uma “lombada para tentar impedir [os republicanos] de dirigir este trem para o precipício”.

Já Johnson disse que não houve o devido processo para ela e os outros dois. “Não havia regras”, acrescentando que foi arguida pelos legisladores de uma maneira diferente dos dois deputados negros.

Também o ex-presidente Barack Obama repeliu a cassação, chamando-a de “exemplo mais recente de uma erosão mais ampla da cidadania e das normas democráticas. Silenciar aqueles que discordam de nós é um sinal de fraqueza, não de força, e não levará ao progresso”.



Multidão ocupa o centro de Tel Aviv. 250 mil pessoas tomam as ruas em Israel contra ataque de Netanyahu ao Judiciário

Mais de 250 mil pessoas fizeram manifestações no sábado (8) em várias regiões de Israel, em um novo sábado de protestos contra a reforma judicial que o governo Netanyahu tenta impor ao país.

As manifestações de ontem marcam a décima quarta semana consecutiva de protestos contra a polêmica reforma, que busca dar mais poder ao Executivo, ou seja, na prática, tenta submeter o Judiciário ao executivo.

Os protestos ocorreram em cidades por todo o país, enquanto o principal Ato aconteceu em Tel Aviv.

Até o momento, as negociações entre governo e oposição, mediadas pelo presidente Isaac Herzog, não apresentaram avanços significativos após Netanyahu ter sustado a votação no Parlamento sob a forte pressão das ruas, com manifestações gigantes e greve geral, contando ainda com adesão de amplos setores do país, inclusive militares e forças de segurança, além do apoio desde a primeira hora dos juizes, advogados e funcionários

do Judiciário.

Os atos repressivos contra os muçulmanos concentrados na mesquita de Jerusalém, uma das mais importantes para a fé islâmica, foram interpretados pelo acadêmico mexicano Adán Miguel Angel Rodríguez, da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), como um ato da estratégia de Netanyahu para tentar unir a comunidade israelense, diante da rejeição sistemática ao seu atual governo. Neste contexto, milhares de cidadãos do país saíram às ruas para ressaltar o seu repúdio à medida antidemocrática do regime.

Apesar da “estratégia” de Netanyahu de encenar uma situação de guerra para “unir” o país em torno de sua coalizão fascista e ditatorial, multidões saíram às ruas contra o projeto antidemocrático, apesar do clima instável criado nesta primeira semana de abril, quando forças policiais atacaram a mesquita de Al Asqa e as Forças Armadas intensificaram suas hostilidades contra o Líbano, a Síria e a Faixa de Gaza.

“Nos primeiros seis meses da guerra foi possível simplesmente limpar fisicamente muitos pró-Rússia, hoje é um pouco mais difícil. Mas, um pouco mais difícil não significa impossível”, afirmou Mykhailo Podoliak

O conselheiro de Zelensky, Mykhailo Podoliak, pediu, em entrevista ao canal de TV Ucrânia 24, a eliminação da Igreja cristã ortodoxa Ucrainiana (UOC) – nas palavras dele, “limpeza física” – e comparou a religião de milhões de ucranianos e russos a “um abscesso que deve ser fechado cirurgicamente”.

A “sugestão” genocida dessa modalidade de limpeza étnica ocorreu enquanto religiosos e paroquianos se recusavam no final de semana a deixar o principal mosteiro do cristianismo ortodoxo apesar do cerco policial, o Mosteiro das Cavernas (Kiev-Pechersk Lavra), que existe desde o século 11. É seu líder, o bispo metropolitano Pavel, teve sua prisão domiciliar decretada por dois meses, após sua residência ser invadida e revistada.

A perseguição a Pavel está sendo feita sob a folha de parreira de dois artigos do Código Penal ucraniano – incitamento ao ódio e cooperação de religiosos com o “país agressor” –, cada um deles ameaçando com mais de um ano de cárcere.

O governo Zelensky havia arbitrariamente anunciado que os 220 monges deveriam deixar o mosteiro, por supostamente não estar mais valendo acordo de usufruto, a menos que os religiosos se filiassem à Igreja pró-Maidan instituída durante o governo Poroshenko, a UCO, uma igreja “ucraniana pura”.

Em 19 de janeiro, o regime de Kiev apresentou um projeto de lei para banir qualquer igreja que fosse acusada de “ligação com a Rússia”.

No ano passado, o regime de Kiev organizou a maior onda de perseguição na história recente do país contra a Igreja Ortodoxa Ucrainiana, com a qual milhões de fiéis se identificam. Com o apoio oficial, neonazistas e ‘cismáticos’ pró-Maidan atacaram religiosos e crentes e confiscaram igrejas e mosteiros.

O Patriarca Kirill de Moscou e de Toda a Rússia chamou a perseguição à Igreja Ortodoxa Ucrainiana de uma “zombaria” do princípio dos direitos e liberdades humanos e instou os líderes religiosos e personalidades internacionais a “impedirem o fechamento do Mosteiro das Cavernas de Kiev”.

Já para Zelensky, a perseguição de seu regime aos cristãos ortodoxos da UOC visa proteger a “independência espiritual” da Ucrânia – que, certamente, não estaria ameaçada nem por neonazistas nem pela vassalagem a Washington.

DESAFATEZ VS REPÚDIO

“Uma oportunidade única, quando tudo poderia ser resolvido de forma muito rápida e indolor; foi durante os primeiros



Faixa no protesto: “EUA e Otan, fora da Ucrânia!” Manifestação em Berlim exige o fim do envio de armas para Kiev

Milhares de pessoas se manifestaram em Berlim, na véspera do Domingo de Páscoa, exigindo que o governo suspenda o fornecimento de armas a Kiev e colabore com o início das negociações de paz na Ucrânia.

As marchas da Semana Santa são uma tradição praticada na Alemanha, e a organização da manifestação de Berlim, Netzwerk Friedenskooperative (Rede para a Cooperação pela Paz), estimou que neste fim de semana devem ocorrer protestos em mais de 120 cidades em todo o país.

Os manifestantes da passeata que começou no bairro de Wedding, no centro da capital

três a seis meses da guerra. Então foi possível simplesmente limpar fisicamente muitos pró-Rússia, hoje é um pouco mais difícil. Mas, novamente, um pouco mais difícil não significa impossível”, disse Podoliak, sem o mínimo pudor ao defender sua “solução final” contra os cristãos ortodoxos ucranianos de fala russa.

Em 26 de março, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos publicou um relatório sobre o ataque à liberdade religiosa na Ucrânia, advertindo sobre a “discriminação” contra a Igreja Ortodoxa Ucrainiana (UOC) e registrando que padres foram submetidos a interrogatório pelo Serviço de Segurança e tiveram suas residências revistadas.

O porta-voz do Patriarcado de Moscou, Vladimir Legoida, denunciou pelo Telegram que “colocar o metropolita Pavel em prisão domiciliar sob acusações falsas é uma continuação lógica, infelizmente, da ilegalidade perpetrada hoje pelas autoridades ucranianas”. “Este é o seu ‘diálogo’ com os representantes da maior denominação cristã na Ucrânia”, advertiu.

FALA FRANCISCO

Por sua vez, o papa Francisco, no dia 15 de março, se manifestou contra a expulsão dos religiosos da Igreja Ortodoxa Ucrainiana de seus mosteiros, em unidade com o patriarca Kirill, conforme registrou o Vaticano News.

“Penso nos monges ortodoxos da Lavra de Kiev. Peço as partes em conflito que respeitem os locais sagrados. Os monges consagrados, as pessoas consagradas à oração de qualquer confissão, são o sustento do povo de Deus”, disse o pontífice ao final da Audiência Geral, na praça São Pedro.

MOSTEIRO DO SÉCULO 11

O complexo monástico de Kiev-Petchersk existe desde o século 11 e é o local ortodoxo mais reverenciado da Ucrânia. Foi declarado em 1990 Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, junto com a Catedral de Santa Sofia de Kiev.

Na sexta-feira (31), a resistência de fiéis e religiosos impediu a consumação do esbulho. Monges espargiram água benta nos provocadores que, gritando slogans nazistas, foram até o mosteiro. A noite, os fiéis permaneceram de guarda para proteger os santuários da invasão. O que se repetiu na segunda-feira.

Kristina Zorkina/TASS

“EUA em Taiwan: a maior ameaça à paz mundial”, por Elias Jabbour



Centro da especulação financeira em Wall Street, Nova Iorque. (Foto: IC)

‘Dados da indústria e emprego’ indicam recessão iminente nos EUA, alerta Global Times

As preocupações com a recessão iminente sobre a economia dos EUA atingiram um novo patamar nos últimos dias, após a divulgação de estatísticas sombrias, incluindo as do mercado de trabalho e setor manufatureiro, que caíram drasticamente além das expectativas, advertiu na quinta-feira (6) o jornal chinês Global Times, porta-voz oficioso de Pequim.

Analistas disseram que isso poderia “adicionar petróleo ao fogo da inflação desenfreada dos EUA e à crise bancária, e levar ainda mais a maior economia do mundo a uma parada na segunda metade do ano”.

“O pouso forçado da economia dos EUA está prestes a ser uma maldição que reduz fortemente as perspectivas globais este ano, com as economias emergentes em particular sofrendo o impacto devido à hegemonia do dólar americano e sua política irresponsável de exportar questões econômicas domésticas”, destacou o GT, citando analistas.

O pior é que Washington “tem abusado de ferramentas geopolíticas para pressionar pelo desacoplamento da China, o que fragmentaria ainda mais as cadeias de suprimentos globais e exacerbaria a desaceleração global”.

Em divergência com os EUA, a China – enfatiza o jornal – tem pressionado “incansavelmente pela abertura e partilha dos seus dividendos de crescimento com o mundo, e o país está prestes a tornar-se um estabilizador e uma locomotiva para o desenvolvimento global”.

INDÍCIOS SOMBRIOS

O GT reporta os indícios de agravamento em curso nos EUA. Os índices S&P 500 e Nasdaq Composite caíram 0,25 por cento e 0,26 por cento no fechamento de quarta-feira, com dados mais fracos do que o esperado. Em março, as contratações do setor privado dos EUA desaceleraram, com as contratações de empresas subindo apenas 145.000, abaixo dos 261.000 em fevereiro e abaixo da estimativa do Dow Jones de 210.000, segundo dados divulgados pela empresa de processamento de folha de pagamento ADP.

“Nossos dados de folha de pagamento de março são um dos vários sinais de que a economia está desacelerando”, disse a economista-chefe da ADP, Nela Richardson, em um relatório da CNBC. Ela acrescentou que “os empregadores estão se recuperando de um ano de fortes contratações e o crescimento salarial, após um platô de três meses, está diminuindo”.

Em março, a atividade manufatureira dos EUA também caiu para o nível mais baixo em quase três anos, de acordo com a pesquisa do Institute for Supply Management divulgada na segunda-feira.

O Índice de Gerentes de Compras (PMI) industrial do instituto caiu para 46,3 no mês passado, de 47,7 em fevereiro. Também foi menor do que uma pesquisa de economistas da Reuters de 47,5. O PMI também permanece abaixo do limite de 50 pelo quinto mês consecutivo, um sinal de contração na manufatura.

“Uma recessão nos EUA está chegando, provavelmente na segunda metade do ano”, disse Hu Qimu, pesquisador-chefe do Sinosteel Economic Research Institute, ao GT na quinta-feira.

Hu disse que o PMI é um precursor do encolhimento do lado da oferta, enquanto o mercado de trabalho mediocre aponta para um maior arrefecimento do lado da demanda, o que aponta para um potencial declínio acentuado no consumo nos próximos meses.

PAUSA NA ALTA DOS JUROS?

Embora o risco de uma desaceleração iminente do consumo seja alto, analistas disseram que os formuladores de políticas dos EUA estão lutando para encontrar uma saída para resolver as atuais dores de cabeça econômicas, de acordo com o GT.

“Os aumentos das taxas de juros do Fed devem continuar, mesmo ao custo de enviar sua economia para uma recessão, para conter a inflação persistente? Ou deve fazer uma pausa para liberar mais liquidez, para enfrentar a ameaça de crises bancárias e manter a segurança financeira?”, ponderou Tian Yun, ex-vice-diretor da Associação de Operações Econômicas de Pequim, ao jornal.

Observadores enfatizaram que o pouso forçado da economia dos EUA pode ser uma maldição para a economia global este ano, que tem se esforçado para afastar as nuvens da pandemia e obter uma rápida recuperação.

PROPAGAÇÃO DESTRUTIVA

“Se o Fed ainda optar por uma política monetária mais apertada, a propagação da crise bancária dos EUA na esfera global será destrutiva. A valorização do dólar pode levar à saída de capitais dos países em desenvolvimento, causando estragos em suas economias”, disse Hu, observando que é uma das principais razões pelas quais um número crescente de países está mudando para outras moedas em vez do dólar americano para acordos.

Leia íntegra em www.horadopovo.com.br

Cai Yang/Winua



Ex-presidente de Taiwan, Ma Ying-jeou (d) em visita a Wuhan: “Somos todos chineses”

Brasil e Argentina voltam à Unasul

O Brasil e a Argentina decidiram voltar a integrar a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), aliança que havia sido abandonada pelos governos de Jair Bolsonaro e Mauricio Macri em 2019, favorecendo o alinhamento direto com as políticas submissas aos Estados Unidos de Donald Trump.

Esse caminho que se reabre aponta para a superação da submissão causada pelos governos neoliberais alinhados com os preceitos da Casa Branca, permitindo atribuir à região mais protagonismo e autonomia. Nesse sentido, na quinta-feira (6), após anunciar o decreto que formaliza o retorno brasileiro à Unasul, o presidente Lula da Silva escreveu: “Orgulho de ser sul-americano”. “Voltamos juntos para fortalecer decisivamente a unidade regional”, afirmou o presidente Alberto Fernández pouco depois.

“Recuperar uma realidade que jamais deveria ter sido interrompida” foi a definição dada pelo assessor internacional de Lula, Celso Amorim, antes de o presidente anunciar o decreto de retorno, anulando a decisão do en-



Os presidentes Lula e Fernández apresentaram a decisão do retorno no mesmo dia. (Luis Robayo/AFP)

tão presidente Jair Bolsonaro, que em abril de 2019 retirou o Brasil desse grupo regional em consonância com a decisão tomada pelo argentino Mauricio Macri naquele mesmo mês.

Segundo o decreto, a volta do Brasil será efetivada no dia 6 de maio, mas Lula pretende concretizá-la durante uma cúpula de chefes de estado da região que acontecerá em Brasília no final de maio próximo.

Em Buenos Aires, o anúncio foi feito também na quinta-feira (6) pelo ministro das Relações Exteriores Santiago Cafiero. “Por decisão soberana, a Argentina volta à Unasul como Estado-Membro para promover sua revitalização institucional e construir uma região cada vez mais integrada. Isto é o que determinou o presidente Alberto Fernández, e eu comuniquei isso aos chanceleres dos Estados-Membros”, publicou Cafiero em uma rede social.

Leia mais no site do HP

Dólar é o ‘vampiro sugador’ do qual países devem se livrar, afirma analista canadense

A hegemonia do dólar está em franco declínio e os EUA têm poucas armas para evitá-lo, disse a analista canadense Radhika Desai, professora do Departamento de Estudos Políticos da Universidade de Manitoba, durante simpósio na quarta-feira (5) em Moscou sobre a desdolarização.

Ao se livrarem do “vampiro sugador” do mercado financeiro dos EUA, países não ocidentais terão seus produtos e moedas devidamente valorizados, assinalou.

O debate, com a presença de especialistas russos e canadenses, aconteceu no simpósio do clube de discussão Valdai sobre “A nova ordem econômica: é realmente possível acabar com o monopólio do dólar?”. A nova configuração geopolítica – destacou a Sputnik Brasil – trouxe o tema para o centro

da agenda, sendo inclusive incluído na nova concepção de política externa russa.

A desdolarização veio para ficar e é fruto da perda de confiança no Ocidente, apontou o chefe do Departamento de Cooperação Econômica do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Dmitry Birihevsky.

“Eles congelam os ativos de diversos países e no nosso caso praticamente roubaram ativos avaliados em US\$ 300 bilhões. Outros países entendem que hoje isso é feito contra a Rússia, mas amanhã pode ser feito com qualquer um deles”, sublinhou o diplomata.

De acordo com o jornal Financial Times, cerca de US\$ 300 bilhões dos US\$ 630 bilhões de reservas

internacionais da Rússia foram detidos por EUA, União Europeia, Reino Unido e Canadá, após o agravamento do conflito ucraniano. Anteriormente, confiscos semelhantes já haviam sido cometidos contra a Venezuela e o Irã.

Por isso, países do BRICS “discutem ativamente” a formação de sistemas de pagamentos alternativos ao liderado pelos EUA e diminuem a formação de reservas em dólares.

“O sistema financeiro forjado após a Segunda Guerra Mundial garantiu que o centro privilegiado fosse financiado às custas da maioria mundial”, explicou Birihevsky. “Para nós, isso é um sistema neocolonial”.

Leia íntegra no site do HP

Kiev planeja encenar ataque com armas químicas para acusar Moscou, denuncia a Defesa da Rússia

A Ucrânia está preparando uma ação deliberada em larga escala destinada a desacreditar a Rússia na arena internacional, afirmou o Ministério da Defesa da Rússia neste sábado (8), destacando que Kiev planeja encenar um ataque com armas químicas para culpar as tropas russas.

“Para desviar a atenção da comunidade internacional dos numerosos crimes de guerra cometidos pelo exército ucraniano e militantes de formações fascistas divulgados pela ONU, o regime ucraniano planeja uma campanha especial de [des]informação”, frisa um comunicado publicado no canal Telegram de Defesa.

Assim, segundo os dados do Ministério, para realizar a encenação, nas últimas 2 semanas os ucranianos prepararam uma suposta “primeira linha de defesa das Forças Armadas da Ucrânia na área de contato com as tropas russas”, na região de Sumy, no nordeste do país.

Em seguida, eles planejam colocar nas “supostas posições

ucranianas” cadáveres e restos de soldados ucranianos mortos e anunciar que eles morreram “como resultado de serem atingidos por munição de artilharia ‘russa’ carregada com ‘substâncias venenosas’”.

Segundo o Ministério, as autoridades ucranianas planejam submeter essa área e os restos mortais dos militares a uma substância venenosa, o que permitirá que representantes convidados de países ocidentais “documentem o suposto uso de ‘armas químicas’ pelas Forças Armadas russas”.

Além disso, os serviços especiais ucranianos foram instruídos a preparar e publicar nas redes sociais falsas interceptações de rádio de supostas discussões dos militares russos sobre a preparação de armas desse tipo, assinala.

“De acordo com a intenção do regime de Kiev, esta provocação permitirá

lançar outra campanha para desacreditar a Federação Russa na mídia ocidental, bem como tentar iniciar uma reunião do Conselho de Segurança da ONU com acusações contra o lado russo”, conclui o comunicado

BIOLABORATÓRIOS

A acusação contra a Rússia não é à toa. Quando os EUA retomaram um programa de construção de biolaboratórios na Ucrânia e estão expandindo o formato de treinamento para biólogos ucranianos, é importante desenvolver ações diversificadas.

“Apesar de uma pausa forçada devido à operação militar especial, as atividades do programa já foram retomadas, denuncia o chefe das Forças de Defesa Radiológica, Química e Biológica das Forças Armadas russas, Igor Kirilov em uma sessão informativa.

Leia mais no site da Hora do Povo

“Qual a necessidade do imperialismo estadunidense em cercar a China com 80 bases militares e armar Taiwan? Quem quer a paz e quem quer a guerra?”

Uma verdadeira tempestade de contrainformações tem sido acionada no mundo no sentido de espalhar mentiras sobre o comportamento e as pretensões chinesas no mundo. Nenhuma boa notícia sobre a China é anunciada no Ocidente. A guerra de informações contra o país é intensa, intermitente e busca passar a pior imagem possível da China no mundo. Por exemplo, nenhuma notícia sobre a eliminação da pobreza extrema na China foi exposta pela grande mídia ocidental. A China é vista como um país perigoso e uma ameaça à ordem mundial. É como se a China fosse a responsável por cercar os Estados Unidos com cerca de 80 bases militares e não o contrário. A China sofre da lógica nazista de propaganda: transformar em verdade uma mentira contada mil vezes.

Da mesma forma que se vende a imagem dos Estados Unidos como os “defensores da liberdade”, poucos sabem do caos social vivido neste país: atualmente as ruas de Nova Iorque estão repletas de pessoas sem casa, o racismo é parte do horizonte do país e a violência é a linguagem usada pelo Estado para reprimir qualquer movimento de contestação de um país onde a “democracia” é controlada por meia dúzia de bilionários.

Uma grande mentira transformada em verdade envolve a “luta” de Taiwan por sua “independência” e o apoio dos Estados Unidos a esta “nobre” causa inclusive com apoio militar, conforme apontado pelo presidente Biden recentemente no programa 60 minutos. Ele negou dois fatos. Primeiro, Taiwan é parte da China há séculos e qualquer tentativa separatista não correspondente nem à verdade, nem tampouco à justiça histórica. O segundo, os Estados Unidos respeitaram oficialmente desde o Comunicado de Shanghai (1972) e a retomada das relações diplomáticas entre os dois países (1979) que existe uma única China e Beijing é sua capital.

Na verdade, os Estados Unidos – mesmo em momentos de paz com a China – nunca escondeu um certo desejo de vingança contra a China. A fundação da República Popular da China mudou completamente a correlação de forças no mundo e na Ásia em particular.

Foi uma dura derrota para os Estados Unidos. E desde o momento em que Taiwan tornou-se o refúgio dos derrotados do Kuomintang em 1949, o imperialismo usa aquele território como uma base de provocação aberta à China na mesma proporção em que sua presença nos arredores da China só aumenta: como disse no início do texto, são cerca de 80 bases militares cercando a China, e a utilização tanto do Estreito de Taiwan quanto do Mar do Sul da China como locais de provocação é óbvia.

Imaginem o escândalo internacional se a China decidisse implantar dezenas de bases militares ao redor dos Estados Unidos, seus porta-aviões fossem vistos nas águas do golfo do México e o governo chinês decidisse enviar apoio militar para Porto Rico, um Estado associado dos Estados Unidos?



Elias Jabbour, professor associado da UERJ

As provocações têm aumentado ultimamente, desde a declaração da “guerra comercial e tecnológica” contra a China. Taiwan é um dos maiores fornecedores de chips de última geração ao continente. As tecnologias que servem de base à construção dos semicondutores são a última barreira para a China alcançar sua independência tecnológica, fazendo com que pela primeira vez desde a Revolução Russa o socialismo tome a dianteira do progresso tecnológico no mundo. Os Estados Unidos tentam impedir isso de todas as formas. Desde a guerra aberta de propaganda, visita de altas lideranças do país à ilha, não cumprimento de acordos com a República Popular da China sobre o reconhecimento de Taiwan como parte do território chinês.

A violação maior à soberania nacional chinesa e as provocações abertas à China têm sido o expediente da venda de armas à região de Taiwan. Informações simples que podem ser obtidas no site Wikipédia (https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_US_arms_sales_to_Taiwan#cite_note-73) demonstram que somente durante o governo Biden já foram repassados para Taiwan cerca de US\$ 3,5 bilhões em armas. Essa política não foi inaugurada por Biden, mas tem sido potencializada por seu governo. Um governo que não consegue enfrentar as imensas contradições de uma sociedade em franca decadência, mas que busca exportar a forma como o país mais racista do mundo trata, por exemplo, os negros e os latinos: na base da violência.

Taiwan é um grande exemplo da escalada desestabilizadora exercida pelos Estados Unidos no mundo. O Estreito de Taiwan tem se tornado um dos lugares mais perigosos do mundo. Uma pergunta que devemos fazer: por que a China não tem nenhuma base militar próxima dos Estados Unidos, muito menos sua marinha chega próxima às águas territoriais dos EUA? Qual a necessidade do imperialismo estadunidense em cercar a China e armar Taiwan? Quem quer a paz e quem quer a guerra? A resposta a essas questões abrirá um horizonte para entender as razões pelas quais o mundo hoje tem nos Estados Unidos o seu maior elemento de desestabilização.

Elias Jabbour é professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vencedor do Special Book Award of China 2022. Artigo produzido em colaboração com o Grupo de Mídia da China

“Não há crise fiscal e nem descontrole da dívida pública no Brasil”, afirma Lara Resende - parte 2

Continuação da edição anterior

“É inequívoco que taxa de juros alta comprime, espreme a economia, provocando desemprego e recessão, mas isso não significa necessariamente capacidade de reduzir a inflação. Muito pelo contrário, pode, inclusive, se a inflação for de oferta, agravar o problema de insuficiência de oferta e agravar a inflação. A taxa de juros é uma excrescência, é a mais alta do mundo, a taxa real é o dobro da segunda mais alta, que é a do México e do Chile, e não faz o menor sentido, é completamente estapafúrdia”, afirmou o economista André Lara Resende em entrevista à jornalista Míriam Leitão no último dia 29, a qual publicamos hoje a segunda parte

POR MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO: Mas o BC diz que precisa manter taxa de juros alta, apesar de a economia estar desacelerando, porque a meta de inflação que eu tenho que cumprir é de 3,25% e eu não vou conseguir chegar nisso porque as projeções são em torno de 6%. Mesmo assim, você acha que tem que baixar a taxa de juros. Por que?

ANDRÉ LARA RESENDE: Sim. A relação entre aquecimento e desaquecimento da economia e inflação é altamente questionável. Uma economia superaquecida, que está pressionando sua capacidade instalada e com emprego batendo no limite de força de trabalho é uma economia que pode provocar pressão de preços inflacionários. O que é chamado tradicionalmente de inflação de demanda. Impressionante como isso tenha sido esquecido. Inflação é um sintoma de questões que podem vir de várias formas. Como é a recente, a inflação atual no mundo todo é por choques negativos de oferta. Saiu da pandemia, a cadeia produtiva que era globalizada se desorganizou. A oferta não estava conseguindo acompanhar a demanda e houve uma pressão de preços. Sobre isso se sobrepôs um choque de preço de energia e de alimentos por causa da guerra da Ucrânia. Com isso, dois choques negativos. Essa inflação não tem nada de demanda, é de desorganização da oferta. Na história latino-americana, o pensamento chamava isso de inflação estrutural, quando força o desenvolvimento, cria-se gargalos na oferta. Como se combate uma inflação assim, causado por desorganização na oferta? Não é contraindo a demanda. O que precisa é restabelecer a oferta.

MÍRIAM: Então você está dizendo que o Banco Central está com um diagnóstico errado, acha que tem uma inflação de demanda, e a inflação é de desorganização de oferta. Diante disso, o que é melhor fazer com a taxa de juros?

ANDRÉ: A inflação certamente não é de demanda no Brasil. Nos Estados Unidos é diferente. Houve no pós-covid programas de distribuição de dinheiro. Pode ter provocado algum aquecimento de demanda. Ter um componente de demanda. Ainda assim, a inflação americana está mais alta que a taxa de juros. A inflação americana está em 7%, e os juros estão indo agora de 4,5% para 5%. Os Estados Unidos continuam com a taxa de juros negativa. O Brasil está subindo a taxa de juros desde o início de 2021, de 2% está em 13,75%, cresceu onze pontos de porcentagem num espaço de dois anos. Começou mais

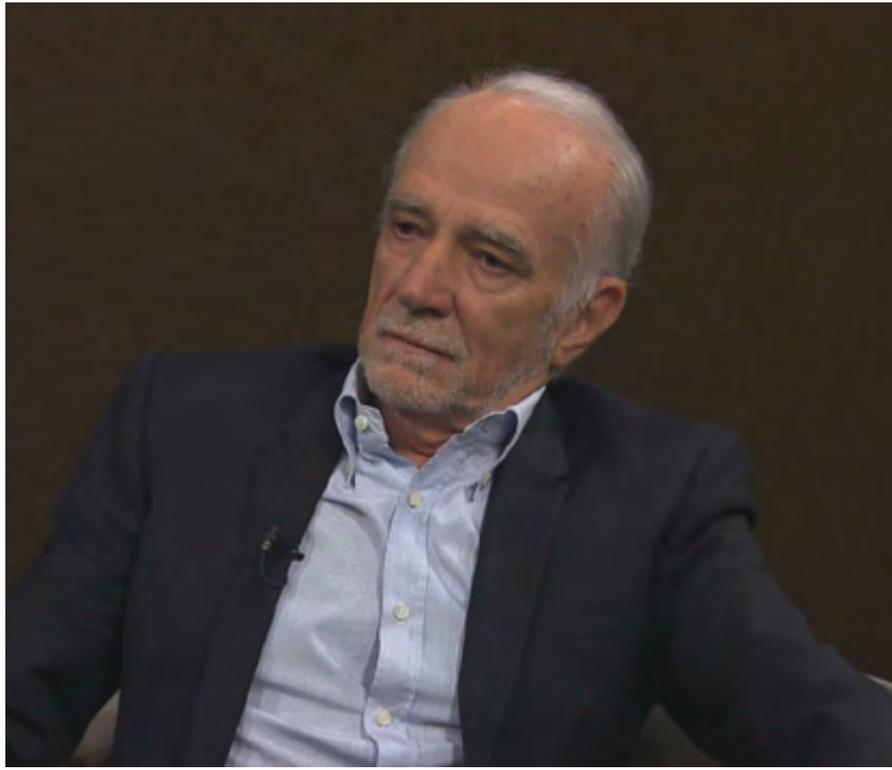


cedo e foi a que mais subiu a taxa de juros. A taxa de inflação brasileira está em 5,6% e a taxa básica de juros está em 13,75%. A real, descontada a inflação, é 8%. Enquanto em quase todos os países do mundo a taxa de juros é negativa, mesmo aqueles que estão mais altas que no Brasil. Como que se justifica isso? A Revista “The Economist”, que não é exatamente uma revista revolucionária de esquerda, na edição de outubro do ano passado, fez uma matéria, “The hike Land”, sobre a turma dos países que subiu a taxa de juros mais cedo e mais rápida, encabeçada pelo Brasil, e mostra que nesses países houve um desaquecimento da economia muito mais rápido, provocando desemprego, mas a taxa de inflação deles não se reduziu mais.

É inequívoco que taxa de juros alta comprime, espreme a economia, provocando desemprego e recessão, mas isso não significa necessariamente capacidade de reduzir a inflação. Muito pelo contrário, pode, inclusive, se a inflação for de oferta, agravar o problema de insuficiência de oferta e agravar a inflação. A taxa de juros é uma excrescência no mundo, é a mais alta do mundo, a taxa real é o dobro da segunda mais alta, que é a do México e do Chile, e não faz o menor sentido, é completamente estapafúrdia.

MÍRIAM: O Banco Central diz que não fixa a taxa de juros, mas apenas a taxa básica, porque a curva de juros futuros, que é o custo do Tesouro, quem fixa é o mercado com as suas expectativas. Você vê tudo pelo inverso. Acha que o Banco Central influencia inclusive essa taxa longa e quando ele sobe a taxa de juros, ele afeta as expectativas. É isso?

ANDRÉ: Quase. Vamos falar primeiro de inflação. O argumento é inegável. O BC controla a taxa básica, mas a estrutura a termo da taxa de juros, para os diferentes prazos da dívida pública, que o mercado financeiro chama “a curva”, ela é fixada pelas expectativas do mercado. Como o mercado precifica um título de dez anos? É se perguntando quanto vai me custar carregar por um dia até lá. É a percepção do mercado de quanto vai ser a trajetória da taxa básica. Sobre isso ele põe um prêmio de incerteza. Mas ao fixar a taxa básica o Banco Central mexe com toda a estrutura a termo. É verdade



que se ele baixar a taxa básica, e o mercado considerar que ele não vai conseguir manter essa taxa básica, o curto prazo cai, mas o longo, a taxa pode não cair ou até subir. Um artigo que escrevi recentemente mostra que o custo de emissão do Tesouro é altamente correlacionada com a taxa básica. Ou seja, quem determina todo o custo do serviço da dívida inteira.

MÍRIAM: Houve um episódio em que o BC reduziu a taxa de juros, e todo mundo entendeu como indevido, porque a inflação estava subindo. Na época de Alexandre Tombini (presidente do BC). Mas você mostra que ele reduziu os juros e a curva também acompanhou a queda. Você acha que nesse momento, reduzir os juros ajudaria retomar o crescimento?

ANDRÉ: Inegavelmente. Obviamente. Sim. Ao baixar a taxa de juros como está agora, a taxa básica a 8% real, uma empresa de primeiríssima linha não está pagando menos de 18% a 20% ao ano. Evidentemente isso é um custo proibitivo. Toda empresa que estiver endividada, mesmo que seja no capital de giro, corre o risco de se tornar inviável. Temos inúmeros casos de insolvência. É claro que isso está provocando uma recessão muito séria e ameaçando uma quebra de empresa em todos os setores. A indústria é um setor que foi profundamente punido por impostos e com juros como esse se torna inviável. E o varejo que ia bem, também. É dramático. O que ainda vai bem é o agronegócio, porque ele é exportador, paga muito pouco imposto. Mas essa situação faz com que ele adicione pouco valor agregado. Ele sempre está exportando o produto primário. Não cria valor agregado aqui. Porque a estrutura tributária é perversa. Baixar a taxa de juros hoje seria fundamental. Não é condição suficiente para a recuperação da economia, mas é, com toda a certeza, condição necessária.

MÍRIAM: Você tem dito que a taxa de juros tem que ser abaixo da taxa de crescimento, como o Brasil está crescendo nada, o que seria a taxa de juros ideal? Juro zero?

ANDRÉ: Isso não existe, ao contrário dos economistas que citam a si mesmos e não estudam história, não existe uma teoria científica. Economia não é ciência exata. É uma ciência política. É uma forma de organizar mentalmente que te ajuda a se situar e que atitude tomar. Como toda a ciência social, depende das circunstâncias. Mas as circunstâncias mudam.

Primeiro, a taxa de juros não tem que mudar tanto, isso

produz muita perturbação, veja o que está acontecendo na economia mundial, em que os juros saíram de zero para perto de cinco e está provocando quebra de bancos. A taxa de juros deve ser, hoje, sempre que possível – deve estar a menos de condições excepcionais, acima da meta de inflação, e o teto deveria ser a taxa de crescimento potencial da economia. Não a taxa de crescimento que está ocorrendo. Por que? A taxa potencial é a taxa de retorno dos investimentos da economia. Se estiver acima é recessiva, se estiver abaixo é estimulante. Mas de preferência mexer o mínimo na taxa de juros.

MÍRIAM: Eu disse no intervalo que você está falando o oposto que todo mundo está falando. E você me disse: todo mundo que você ouve. É isso?

ANDRÉ: Exatamente. Essa visão fiscalista, da austeridade fiscal, neoliberal, em que o estado é um mal, e que basta amordçar o estado.

MÍRIAM: Eu não penso assim não, que o estado é um mal.

ANDRÉ: Essa visão dominante entre os economistas do mercado financeiro. Quem aparece na grande mídia são 99% os economistas que trabalham no mercado financeiro. Eles falam consigo mesmo. E eles aparecem na mídia. E a grande mídia está completamente dominada por essa percepção, essa visão de mundo.

MÍRIAM: Então não é economia, é mercadismo?

ANDRÉ: É mercadismo. E nem o FMI acredita mais nisso. O Banco Mundial não acredita. Não é mais a visão hegemônica que foi até a crise de 2008.

MÍRIAM: Você fez um seminário na semana passada que você organizou, mediou, trouxe o prêmio Nobel Joseph Stiglitz, o James Galbraith, Jeffrey Sachs. Eles criticaram muito a taxa de juros. Stiglitz disse que a taxa de juros do Brasil é uma pena de morte. É grave assim?

ANDRÉ: É grave, gravíssimo. Todos os que vieram na semana passada disseram a mesma coisa.

MÍRIAM: Mas não teve pluralismo. O Pedro Malan estava na audiência. Por que ele não estava entre os debatedores?

ANDRÉ: Porque ele não quis participar. Ele foi convidado permanentemente. E ele conversa comigo pelo menos uma vez, a gente tem um jantar que vai até às duas da manhã. Eu quase consegui trazer o Olivier Blanchard, que foi economista-chefe do FMI.

MÍRIAM: E que também

O economista André Lara Resende durante entrevista com a jornalista Míriam Leitão. Reprodução Globo News

a ideia de privatização faz todo sentido. Não existe mercado capitalista que não tenha sido legislado por um estado competente, organizado e com legitimidade.

MÍRIAM: O PT tem histórico de um gasto excessivo e produziu um período muito ruim de inflação e recessão no governo Dilma. Como deve conduzir esta nova oportunidade que a política está dando ao PT. E como deveria ser este novo arcabouço? O que ele deve mirar para que não se repitam os erros que o PT cometeu no passado?

ANDRÉ: Todos os governos têm sucessos e insucessos. Os governos do PT a partir de 2010 foram governos em que houve muitos erros. Não precisa insistir sobre isso. Mas evidentemente não foi o único governo que teve erros. Os governos militares tiveram sucesso em algumas coisas e erros em outras, depois da redemocratização, igualmente. Não acho que o governo Bolsonaro foi todo errado, mas fez muita coisa errada, ainda mais nesta dimensão de gasto público. Estamos numa situação muito complicada. Os investimentos públicos estão sendo completamente estrangulados. Foi bem intencionada a ideia de fazer o teto de gastos no governo Temer, limitou os gastos. Só que os gastos correntes obrigatórios continuaram crescendo. E os gastos discricionários, onde estão os investimentos públicos, foram comprimidos. A taxa de investimento público foi comprimida a menos de 2% do PIB, o que é insuficiente para repor a depreciação. Claramente, o país estava parando por conta do teto. É preciso de um regime fiscal que defina essas prioridades da sociedade democraticamente constituída. Portanto, o regime fiscal é indissociável da organização jurídica institucional e democrática do país.

O orçamento é a expressão das opções da sociedade em termos de política pública. Deve ser uma definição do arcabouço jurídico constitucional com as prioridades definidas pelo executivo e legislativo. O custo de oportunidade não é o financeiro que determina, é a capacidade de pensar o que fazer, e de fazer. Como se resolve o problema da educação do Brasil? Dinheiro não é a condição necessária nem suficiente. Jogar o dinheiro numa área não quer dizer que vai ser suficiente.

MÍRIAM: E o que você achou da ata do Copom com recados ao BNDES sobre a taxa de juros subsidiada?

ANDRÉ: Achei uma expressão impressionante da arrogância do BC de extrapolar sua competência, suas atribuições jurídicas. Por lei, autonomia operacional para garantir a estabilidade de preço e sustentabilidade do sistema financeiro e o pleno emprego. Mas o BC não tem o que dizer sobre questão fiscal, não é atribuição do Banco Central. O BC está se arvorando com uma equipe de jovens tecnocratas que acreditam piamente nos modelinhos equivocados que eles estão olhando e se acham no direito de passar pito no Congresso, no presidente eleito e no Judiciário. O BC, com a autonomia que lhe foi concedida, passou a se considerar um quarto poder. É um quarto poder que dá lições de moral e se considera acima dos demais poderes. É muito preocupante.

Reproduzido do blog da jornalista Míriam Leitão no jornal O Globo